

Embate político na CCJ em torno de convite a Dilma

Base governista protesta contra decisão do presidente da CCJ de não colocar requerimento em votação. **3**



Marina Silva fundou a CUT no Acre com Chico Mendes em 1984

Marina encerra 30 anos de militância no PT

Ex-ministra do Meio Ambiente evita assumir de imediato a condição de candidata a presidente da República pelo PV, cuja revisão programática ela está discutindo. **3**

Produtores pedem apoio ao projeto do vale-cultura

Luiz Carlos e Lucy Barreto defenderam, em encontro com Sarney, criação de cartão para uso em bens culturais. **3**

Conselho rejeita denúncias contra Sarney e Virgílio

Os recursos contra o arquivamento das denúncias e representações contra o presidente do Senado, José Sarney, e o senador Arthur Virgílio foram rejeitados ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Primeiro, caíram os recursos sobre Sarney, com os votos decisivos da bancada do PT, orientada pela direção nacional do partido. No caso de Arthur Virgílio, a rejeição das representações foi unânime. Um pedido para que o Plenário do Senado reveja decisão já tem nove assinaturas. **4 e 5**



Waldemir Barreto



Waldemir Barreto

Paulo Duque gesticula para uma sala lotada, durante a reunião do Conselho de Ética, que negou a abertura de investigações contra Sarney e Arthur Virgílio. O toucan (acima) defendeu-se das acusações

Proposta aprovada pela CCJ reforça direitos dos idosos

Iniciativa dá poderes ao Ministério Público para propor ações visando garantir o efetivo acesso dos idosos não apenas a serviços de saúde, mas também a medicamentos e alimentação. **7**



Poulo Lima

O presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, ao ser recebido ontem no Senado por José Sarney, disse que não existe melhor momento do que o atual para estabelecer o aprofundamento das relações diplomáticas e comerciais entre seu país e o Brasil. Ele afirmou que sentiu o presidente Lula realmente comprometido em aproximar o Brasil da África. **3**

Prazo para tornar públicas análises sobre laticínios

Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou projeto que obriga empresas a divulgar na internet análises laboratoriais resultantes de fiscalização da Anvisa e do Ministério da Agricultura. **8**



J. Freitas

Izabel Tafuri (E), Claude Schauder, Flávio Arns e Rosalba em audiência das comissões de Educação e de Assuntos Sociais

Humanização da política pré-natal reduz mortalidade

Estudo realizado na França e apresentado em audiência no Senado demonstra que ações como a melhoria no atendimento psicológico e social da mãe desde o pré-natal podem reduzir a mortalidade materna. **2**

Especialista apresentou aos senadores, reunidos em duas comissões, os bons resultados alcançados por pesquisa realizada na França para reduzir mortalidade materna e nas fases próximas ao parto

Pesquisador francês propõe políticas pré-natais mais humanas

O PESQUISADOR, PSICÓLOGO e psicanalista francês Claude Schauder apresentou ontem aos senadores pesquisa que vem desenvolvendo com apoio do Ministério da Saúde francês para reduzir a mortalidade materna e perinatal (imediatamente antes ou depois do parto) e contribuir para o desenvolvimento de políticas pré-natais mais humanas.

Schauder falou em conferência promovida pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), em parceria com o Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista (Unip) e a Universidade de Estrasburgo, na França.

O estudo do qual Schauder participa começou em 2007 em prosseguimento

a programas instituídos a partir de 1945 que tratam do acompanhamento médico a gestantes e recém-nascidos. O programa recebeu orçamento de 270 milhões de euros para o período de três anos e tem entre suas metas a modernização dos locais de atendimento médico e dos locais de realização dos partos, a melhoria do atendimento psicológico e social da mãe e da criança e a criação do programa de preparação ao nascimento e ao parto.

O programa de perinatalidade é realizado por meio do acompanhamento das decisões da mulher ou do casal no que se refere à saúde, à gravidez e ao parto, bem como pela detecção dos fatores de risco, com encaminhamento a especialistas, se necessário. Também é estimulada, disse Schauder, a adoção

pela família de estilo de vida saudável e reforçada a confiança da mãe durante e após a gestação.

Durante a conferência, Claude Schauder ressaltou que a gravidez é um período no qual são reativados conflitos e problemáticas psíquicas vividas pela gestante, enquanto o pós-parto é uma fase de muita fragilidade para o bebê – em que há as maiores taxas de mortalidade infantil –, assim como para a mãe, em razão de dificuldades psicológicas.

As condições em que vivem mãe e filho no período perinatal, ressaltou o pesquisador, podem gerar parto de risco ou prematuro, bem como, após o nascimento, problemas de aleitamento, depressão materna e transtornos relacionais.



Claude Schauder fala no Senado, entre a professora Maria Izabel Tafuri, da UnB (E), e os senadores Flávio Arns e Rosalba Ciarlini

Pai precisa participar mais, diz Schauder

Claude Schauder afirmou que, no Brasil, preparar a gestante e o pai da criança para acolherem seu filho ainda pode ser considerado “tratamento de luxo”, por causa do estágio brasileiro de desenvolvimento. Mas disse que “seria extremamente salutar e vital que o país integrasse as dimensões sugeridas”.

Schauder relatou que, antes desse programa, a França fez um “grande esforço” desde o pós-guerra para combater a mortalidade perinatal, sendo recente essa preocupação com a dimensão psicológica. O programa tem cobertura universal, disse o francês, porém prioriza o atendimento a mulheres e homens de baixa renda, inclusive imigrantes.

A psicanalista e professora Sílvia Zornig, presidente da Associação Brasi-

leira de Estudos sobre o Bebê (Abebê), divergiu da visão de Schauder sobre ser um luxo a educação à parentalidade no Brasil. Disse que o Ministério da Saúde implantou, com sucesso, o programa de humanização e atenção à saúde da gestante na rede pública, com ênfase na identificação de transtornos mentais durante a gravidez.

O pesquisador explicou ao senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) que existe na França tratamento diferenciado para gravidez de alto risco, até, eventualmente, o atendimento a domicílio.

O senador Flávio Arns (PT-PR) assinou que a questão muda a perspectiva de prevenção e educação, que envolve a entrevista com os pais, o plano para o nascimento da criança e o apoio na gestação e após o parto.

Contribuição sindical volta a Plenário

O Plenário terá que examinar novamente projeto de Paulo Paim (PT-RS) que institui a contribuição assistencial para o financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, a ser descontada de todos os trabalhadores integrantes da respectiva categoria profissional, sindicalizados ou não.

O projeto, aprovado pela CAS em 2007, recebeu em Plenário duas emendas, rejeitadas por unanimidade pela CAS. Pela proposta (PLS 248/06), caberá a assembleia dos trabalhadores decidir sobre o percentual da contribuição – no máximo 1% do salário bruto – e sobre a forma de rateio.

Terceirização será tema de projeto

Diante do presidente regional do PT-DF, Chico Vigilante, e de dez outros representantes sindicais, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu encomendar à assessoria jurídica da Casa um projeto de lei destinado a disciplinar com mais rigor as empresas de terceirização de mão de obra, em especial as contratadas para prestação de serviço de vigilância.

– Hoje, são cerca de 3 milhões de trabalhadores terceirizados no país. E as empresas estão anunciando falências fraudulentas e deixando os trabalhadores completamente desassistidos – disse Vigilante.

Na mesma audiência, os sindicalistas pediram que o Senado vote logo projeto criando um adicional de periculosidade de 30% para os vigilantes.

Heráclito contradiz Chico Vigilante

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que o presidente regional do PT, o ex-deputado Chico Vigilante, praticou “para dizer o mínimo, um oportunismo deslavado” ao dizer que teve de pedir ao presidente do Senado, José Sarney, que pagasse os funcionários de uma empresa de terceirização que atendia o Senado e anunciou falência, deixando trabalhadores sem salário.

“Causa perplexidade que o ex-deputado, que veio única e exclusivamente pedir a votação de um projeto sobre adicional de periculosidade, queira se apropriar de uma decisão que o Senado já tomou”, afirmou Heráclito, por meio de sua assessoria.

De acordo com nota do gabinete do senador, “partiu do próprio Senado – e não do ex-deputado – a iniciativa de regularizar a situação da Adservis Multiperfil, empresa que estava devendo a seus funcionários”. A nota acrescenta que a decisão de regularizar a situação da empresa foi tomada ainda na semana passada e o pagamento dos funcionários foi realizado na última segunda-feira.

A nota esclarece ainda que a Comissão de Gestão pediu um parecer da Advocacia-Geral para permitir o pagamento dos funcionários, “mesmo diante da falta da Certidão Negativa de Débito”, para que esses trabalhadores não fossem prejudicados.



Heráclito acusa Vigilante de “oportunismo deslavado”

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem aos maçons

Às 10h, haverá sessão especial em comemoração ao transcurso do Dia do Maçom. Às 14h, começa a sessão deliberativa. O primeiro item da pauta é o projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2009.

Mesa diretora se reúne às 10h

O presidente José Sarney preside, às 10h, na sala de audiências, reunião da Mesa diretora do Senado. Logo depois, ele vai ao Plenário participar da sessão especial em homenagem à Maçonaria. Às 11h, o senador recebe o presidente da Cruz Vermelha, Jakob Kellenberger. À tarde, assume a presidência da sessão deliberativa a partir das 16h, horário previsto para o início da votação dos projetos da ordem do dia.

Saneamento na pauta da CI

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne às 8h30 para analisar, entre outros, dois projetos na área de saneamento básico. O primeiro visa incentivar a economia no consumo de água e o segundo prevê que os planos de saneamento deverão incluir medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem.

CCJ avalia política de segurança

Audiência pública para debater a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, organizada pelo Ministério da Justiça, será realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. A conferência pretende consolidar uma política nacional para o setor, contando com participação de representantes da sociedade civil, escolhidos nos municípios e nos estados. Um dos convidados para o debate é o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay.

Mudanças no Processo Penal em debate

Uma audiência com especialistas na área de Direito será promovida hoje, às 14h, pela Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na sede do Ministério Público de Goiás. O encontro é uma das várias reuniões realizadas para levantar sugestões da sociedade sobre a proposta de reformulação do código, elaborada por juristas.

Novas regras eleitorais serão discutidas às 11h

O segundo debate sobre o projeto de reforma eleitoral será realizado hoje, às 11h, em conjunto pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Uma das novidades da proposta é a possibilidade de uso da internet para campanha e coleta de doações.

Indicação de embaixador na CRE

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne, às 10h, para analisar a indicação do diplomata George Ney de Souza Fernandes para ser o embaixador brasileiro na República de Malta, cumulativamente com as funções que já exerce junto ao governo da Líbia. Em seguida, a comissão analisa 21 itens. A primeira proposição em pauta dispõe sobre a obrigatoriedade de a União trasladar corpo de brasileiro falecido no exterior cuja família não tenha recursos.

Sarney recebe líder de Serra Leoa e elogia boas relações

O presidente do Senado, José Sarney, se encontrou ontem com o presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma. O dirigente do país africano está em visita oficial ao Brasil. Sarney ressaltou a preocupação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em aprofundar relações diplomáticas e comerciais com os países daquele continente.

Sarney lembrou que o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tem prestado consultoria e atuado em Serra Leoa nas áreas de agricultura, pecuária, pesca e saúde.

Além da cooperação entre governos, empresas brasileiras também têm atuado em diver-

sos países africanos na área de infraestrutura, especialmente na construção de estradas e hidrelétricas.

– A identidade brasileira foi dada pela África. É grande a influência da cultura africana no nosso estilo de vida – lembrou Sarney.

Koroma disse que não existe um melhor momento do que o atual para aprofundar as relações entre Brasil e Serra Leoa. Ele afirmou que sentiu o presidente Lula realmente comprometido com esse fortalecimento e agradeceu o apoio e a boa vontade do governo brasileiro. Para o presidente, os dois países têm muito a compartilhar e a aprender um com o outro.



Luiz Carlos e Lucy Barreto, com Sarney: medida vai democratizar a cultura

Produtores de cinema pedem apoio à criação do vale-cultura

Amigos de José Sarney há 50 anos, os produtores cinematográficos Luiz Carlos e Lucy Barreto visitaram ontem o presidente do Senado, prestando-lhe solidariedade na crise enfrentada pela instituição e pedindo apoio ao projeto do governo federal que cria o vale-cultura. De acordo com o casal, Sarney se mostrou favorável à ideia.

Enviado ao Congresso no mês passado, o projeto (PL 5798/09, na Câmara) dá incentivo fiscal à empresa que, à semelhança do vale-transporte e do vale-alimentação, ofereça aos empregados um cartão magnético com saldo de até R\$ 50 a título de vale-cultura. Com esse dinheiro, o trabalhador poderá comprar livros, ir ao teatro e ao cinema ou optar pelo consumo de qualquer outro bem cultural.

– Viemos, em primeiro lugar, prestar solidariedade ao presidente do Senado, mas também discutir com ele o assunto que mais o preocupa, que é o desenvolvimento cultural do país. Sarney está com bom espírito, é um guerreiro, se interessa muito pela cultura e este é um projeto que deve ser votado no

Senado até dezembro – disse o produtor.

Para Barreto, esse projeto vai servir para democratizar a cultura brasileira. Ele observou que, enquanto o poder público concede incentivo fiscal a empresas que escolhem arbitrariamente as obras culturais que vão financiar, o novo projeto financia exatamente o consumidor do bem cultural. Com isso, o público, que é o principal interessado numa obra artística, é que vai escolher onde empregar o dinheiro resultante desse incentivo fiscal.

Segundo Lucy, com esse vale-cultura, existe a possibilidade de entrarem 20 milhões de pessoas no mercado consumidor de obras artísticas no país. E, depois de um ano, esse número pode saltar para 40 milhões.

– Sarney nos disse que o projeto toca fundo na alma dele. A grande causa que motiva ele na vida pública é a causa cultural. Foi ele que deu o pontapé inicial no incentivo fiscal às obras culturais, com a aprovação da Lei Sarney. Por isso, estamos confiantes na aprovação do projeto – disse ela.

Senadora diz que agora “se sente livre” para discutir a revisão programática pretendida pelos verdes, que defendem um crescimento econômico compatível com o meio ambiente

Marina Silva comunica seu desligamento do PT

NA DIREÇÃO DOS trabalhos do Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu, no início da noite de ontem, mensagem enviada pela senadora Marina Silva (AC), na qual ela comunica ao presidente do Senado sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores (PT). Pela manhã, Marina dera entrevista coletiva para falar sobre sua saída do partido.

O desligamento dos quadros do PT, legenda que ajudou a fundar no Acre e onde construiu uma carreira política de 30 anos, é apenas o início do processo de migração para o Partido Verde (PV), segundo afirmou Marina Silva, em entrevista coletiva. Ela agora inicia as conversas com o PV para dar andamento à revisão do programa da agremiação.

Na entrevista, a ex-ministra do Meio Ambiente deixou claro que a construção de uma candidatura presidencial se dará em etapas. Sem partido, a senadora disse que “se sente livre” para discutir a revisão programática pretendida pelos verdes, que



Marina fala em entrevista sobre saída do partido que ajudou a fundar no Acre

defendem um modelo de crescimento da economia compatível com a preservação ambiental.

Marina esquivou-se de falar sobre a possibilidade de ser candidata à Presidência da República em 2010.

Jornada

Em 1984, Marina Silva e Chico Mendes fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre. Em 1985, ela se filiou ao PT, sendo eleita nos anos

seguintes vereadora e deputada estadual.

Marina Silva exerce seu segundo mandato de senadora, que termina em 31 de janeiro de 2011. O primeiro mandato começou em fevereiro de 1995. De janeiro de 2003 a maio de 2008, esteve licenciada do Senado para assumir o Ministério do Meio Ambiente, de onde saiu no dia 13 de maio de 2008, retornando ao Senado. (Com Agência Brasil.)

CCJ vive embate político em torno da convocação de Dilma Rousseff

Ao suspender a reunião de ontem sem colocar em votação alguns requerimentos, entre eles proposta do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), provocou protestos do autor e de outros senadores da base do governo.

O requerimento de Jucá convidava a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que viesse à comissão falar sobre o suposto encontro reservado com a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira, quando Dilma teria pedido a Lina que agilizasse a investigação fiscal sobre Fernando Sarney, filho do presidente do Senado.

Demostenes alegou que estava atendendo pedido da liderança de seu partido, em razão da realização de outros eventos na Casa que demandavam a presença dos senadores. Sem sucesso, Jucá alegou que não havia motivo para que a votação não fosse realizada, inclusive lembrando que a proposta já estava pronta para ser examinada desde o início da reunião.

As reais razões de cada lado foram esclarecidas ao fim da reu-

nião, em entrevistas à imprensa. Demostenes avaliou que a estratégia da base governista era rejeitar sumariamente o requerimento do líder. Desse modo, nem a CCJ nem qualquer comissão da Casa poderiam apreciar novamente, neste semestre, outros pedidos com o mesmo propósito.

– Seria um golpe da situação para evitar qualquer esclarecimento sobre o assunto – disse Demostenes.

Jucá, por sua vez, acusou Demostenes de conduta antidemocrática. Segundo ele, a oposição agora só quer votações quando está em maioria nas reuniões. Por isso, afirmou, os opositoristas romperam acordo para votação, na CCJ, apenas de matérias consensuais, aprovando, na semana anterior, o requerimento que permitiu a audiência com Lina Vieira na terça-feira passada.

– Vamos reagir no mesmo tom. Necessariamente, eu prefiro o entendimento, mas quem tem maioria é quem ganha as disputas, de forma limpa. Isso que aconteceu hoje foi um golpe, uma armadilha, uma emboscada – protestou Jucá, que, por precaução, retirou o requerimento que havia apresentado.

Senador critica postura de Lula em visita a Goiás

Viagem recente do presidente Lula a Goiás foi criticada por Marconi Perillo (PSDB-GO). Segundo o senador, o objetivo da visita foi “divulgar a candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sucessão presidencial”.

Marconi frisou que a viagem ao estado foi um “fiasco político e de público”, e disse que o país espera de um presidente da República a “figura de um magistrado, uma pessoa equilibrada, sensata, que não mistura questiúnculas políticas regionais com os interesses da nação”.

– Ele tem que pensar nas próximas gerações, e não na próxima eleição. Tem que respeitar a oposição. Vamos entrar com uma ação no TSE [Tribunal Superior Eleitoral] para pedir que coíba a utilização de gastos públicos com a promoção de candidaturas – afirmou.

Marconi condena omissão do governo federal diante da degradação do rio Araguaia

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) vai apresentar um projeto de lei para resguardar o rio Araguaia e a área de proteção ambiental (APA) do Vale do Encantado, em Goiás. Em discurso, ele denunciou que o Araguaia vem sofrendo com a ação criminosa das dragas de garimpos e acusou o governo federal de ser conivente com a degradação.

– Não podemos permitir que um dos mais importantes ecossistemas do mundo seja destruído porque, num tom contemplativo, o governo compactua com a destruição do santuário e do meio ambiente – afirmou.

Marconi disse ainda que o Estado iguala-se aos criminosos que promovem a destruição ambiental do rio

Araguaia quando não assume o papel que lhe é devido na proteção do meio ambiente.

O senador condenou o “comportamento inercial” do presidente Lula e do ministro Carlos Minc [do Meio Ambiente], que, para ele, “fala demais, exhibe-se demais, mas na prática faz pouco ou quase nada”.

– O Araguaia precisa imediatamente de socorro, senão o Vale do Encantado vai ser transformado em terra arrasada em função da inércia do governo – denunciou.

Marconi Perillo também registrou o início, ontem, de um festival em homenagem aos 120 anos de nascimento da poetisa goiana Cora Coralina.



Azeredo considera ações desenvolvidas por brasileiros "centelha de esperança"

Azeredo relata "horror" visto em viagem ao Haiti

"Foram cenas de horror. Uma criança de cinco anos explorada como escrava. Biscoitos feitos de barro. Seres humanos servindo-se de esgoto para mitigar a sede. Ruas cheias de gente sem trabalho", relatou Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sobre o que presenciou em visita ao Haiti realizada por integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE) para verificar a atuação das tropas brasileiras naquele país. O senador acrescentou que a delegação "nem chegou a visitar as áreas mais perigosas de Cité Soleil ou de Bel Air", bairros mantidos sob controle da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti.

Azeredo disse ter encontrado "centelhas de esperança" na atuação do embaixador brasileiro Igor Kipman e de sua esposa, Roseana, em obras sociais nas piores áreas de Porto Príncipe, capital do Haiti, e no projeto de coleta e reciclagem de lixo sólido desenvolvido pela mineira Eliana Nicolini.



Senador ressalta a importância econômica do país para o Brasil

Para Inácio Arruda, Venezuela deve entrar no Mercosul

A entrada da Venezuela no Mercosul foi defendida por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele pediu que os senadores tratem o assunto com atenção, pois, em breve, a Comissão de Relações Exteriores apreciará relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o pedido de adesão do país.

O senador ressaltou a importância econômica da Venezuela para o Brasil e para a América do Sul. Ele informou que as exportações do Ceará para a Venezuela totalizam cerca de US\$ 37 milhões em 2008, crescimento de mais de 600% em relação ao ano 2000.

No discurso, Inácio Arruda também anunciou que irá requerer à Mesa a criação de uma comissão especial de senadores para acompanhamento dos preparativos para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que acontecerá de 1º a 3 de dezembro. Ele ainda afirmou que há nepotismo nas concessionárias do poder público brasileiro.

Genilino Magalhães

Flávio Arns admite deixar o PT afirmando que partido "rasgou a página da ética" pelo fato de senadores seguirem orientação de Ricardo Berzoini; Mercadante diz que não se afasta da liderança "para não agravar crise"; para Suplicy, senadores devem dar exemplo de probidade e ética

No Plenário lotado do Conselho de Ética, senadores mantêm o arquivamento de todas as denúncias e representações



Conselho de Ética arquiva ações contra Sarney

OS RECURSOS CONTRA o arquivamento, pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, das cinco representações e seis denúncias contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foram rejeitados ontem pelo plenário do colegiado. A admissibilidade das denúncias, analisadas em bloco, a requerimento do senador Wellington Salgado (PMDB-MG), foi rejeitada por 8 votos favoráveis e 7 contrários; a das representações, por 9 votos favoráveis e 6 contrários.

A oposição anunciou a intenção de recorrer da decisão do plenário

do conselho, que referendou a do presidente do colegiado, Paulo Duque (PMDB-RJ). Os opositoristas pretendem levar a questão para o Plenário do Senado.

As seis denúncias foram apresentadas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) em junho e julho, sendo que duas contam também com a assinatura de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Paulo Duque não aceitou a abertura de investigações por entender que não foram apresentados documentos que comprovem os fatos citados, a não ser a transcrição de

matérias de jornais. Também foram protocoladas cinco representações – duas do PSOL e três do PSDB – contra o presidente do Senado.

Recurso

Para os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES), o Plenário do Senado deve dar a palavra final sobre as representações contra o presidente da Casa.

Alvaro Dias informou que seu partido recorrerá da decisão do conselho de arquivar os processos envolvendo Sarney. Segundo ele, há indícios de sérias irregularidades e, por esse

motivo, cabe o recurso.

– É nosso dever recorrer e vamos recorrer – afirmou Alvaro Dias.

O senador Renato Casagrande lamentou a decisão do colegiado e voltou a afirmar que a instalação do Conselho de Ética deveria ter ocorrido no início do ano e não "no meio da crise" pela qual passa a Casa.

– Sarney só terá legitimidade com novo batismo. Se o assunto terminar agora, a ferida ficará mal cicatrizada. A decisão do conselho destoa da vontade da sociedade brasileira – disse o parlamentar.

Para Heráclito Fortes, o conselho

"está vivendo seu funeral", pois seus integrantes passaram a votar conforme interesses partidários, e não conforme suas consciências. Segundo ele, exemplo claro disso foi a decisão do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), de orientar seus liderados a votar pelo arquivamento da denúncia contra o líder do PSDB, Arthur Virgílio, feita pelo próprio PMDB.

Heráclito cumprimentou o senador Arthur Virgílio e responsabilizou o presidente Lula pelo desgaste do Conselho de Ética, ao pressionar senadores do PT a votar conforme

os interesses do Palácio do Planalto no caso do senador José Sarney. Heráclito disse ainda que o PSOL, que sempre recorre ao conselho para denunciar senadores, não tomou qualquer medida contra a deputada Luciana Genro (PSOL-RS), que teria repassado passagens aéreas a que tem direito ao delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, para que ele participasse de ato político.

– Não podemos ter uma ética para atacar os desafios e outra para proteger os companheiros – afirmou Heráclito Fortes.

Nery e mais oito assinam recurso ao Plenário

O senador José Nery (PSOL-PA), em discurso ontem à noite, ressaltou sua "tristeza e decepção" pela decisão do Conselho de Ética de arquivar as denúncias e representações contra José Sarney. Ele anunciou já ter as assinaturas necessárias para recorrer da decisão ao Plenário do Senado.

Além dele, os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Renato Casagrande (PSB-ES), Demostenes Torres (DEM-GO), Marina Silva (sem partido-AC), Flávio Arns (PT-PR), Jefferson Praia (PDT-AM), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) assinaram o requerimento pedindo que a discussão seja encaminhada ao Plenário da Casa. Mais parlamentares prometem assinar o documento nesta quinta-feira, informou. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) já anunciou a intenção de recorrer ao Plenário (veja matéria nesta página).

Na opinião do parlamentar, o melhor caminho seria a investigação para averiguar as suspeitas de irregularidade, mas o Conselho de Ética, "num total desconhecimento do que deveria ser o seu dever de investigar, preferiu concordar com a decisão, já tomada pelo presidente Paulo Duque, arquivando as representações feitas pelo PSOL e pelo PSDB".

José Nery também congratulou-se com os senadores Flávio Arns e Marina Silva, que anunciaram o seu desligamento do PT. Para ele, a decisão mostrou "altivez e compromisso com uma nova política, com a utopia da luta para construir um país melhor, transformado".

Ao final do discurso, o senador lembrou a realização, no próximo final de semana, do 2º Congresso Nacional do PSOL, em São Paulo.



José Nery: conselho ignorou suas atribuições com a decisão

Direção petista orientou bancada pela rejeição

O senador João Pedro (PT-AM) leu, durante a reunião do Conselho de Ética, nota do presidente do partido, deputado Ricardo Berzoini, em que este orientou os representantes do PT no colegiado a votarem pelo arquivamento das ações contra o senador José Sarney.

Os representantes do PT no Conselho de Ética – Idelci Salvatti (SC) e Delcídio Amaral (MS), além do próprio João Pedro – seguiram a recomendação e votaram pelo arquivamento das ações.

O partido, entretanto, estava dividido. O líder no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), havia liberado os parlamentares para votar de acordo com suas consciências. Eduardo Suplicy (PT-SP), terceiro suplente, chegou a votar contra o requerimento que previa a análise em bloco das denúncias, mas foi substituído. Mercadante havia anunciado a intenção de avaliar o mérito de cada uma das representações e denúncias, mas o PT foi favorável à análise em bloco.

Mercadante (C), reunido com os senadores do PT: bancada estava dividida, mas, ao final, obedeceu à orientação do comando partidário



Divisão no PT: seis senadores apoiam líder

O arquivamento das ações contra o presidente do Senado, José Sarney, confirmado ontem pelo Conselho de Ética, dividiu o Partido dos Trabalhadores. O senador Aloizio Mercadante (SP) chegou a colocar seu cargo de líder do partido à disposição, após discordar da orientação do presidente da legenda, Ricardo Berzoini, para que a bancada votasse a favor do arquivamento. Já o senador Delcídio Amaral (MS) criticou Mercadante, argumentando que o líder do PT, ao não seguir a orientação da Executiva do partido, "não cumpriu o que havia sido combinado e deixou seus colegas desamparados".

Em entrevista à imprensa logo após reunião da bancada do partido, Mercadante declarou que "a decisão da Executiva Nacional do PT impôs uma disciplina partidária que, seguramente, não foi o melhor caminho para a

bancada nem para o Senado". Ele frisou ainda que a sua postura, ao defender as investigações, "expressa o sentimento majoritário da bancada do PT no Senado".

– Minha vontade era sair da liderança, mas não quero contribuir para agravar a crise no partido – disse Mercadante, ao lado de outros seis senadores da bancada.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC) manifestaram apoio à permanência de Aloizio Mercadante na liderança, "em nome de todos os senadores presentes"; além deles, Augusto Botelho (RR), João Pedro (AM), Paulo Paim (RS) e Serys Slhessarenko (MT).

O senador Delcídio Amaral, por sua vez, afirmou que Aloizio Mercadante não respeitou o acordo pelo qual o próprio líder da bancada leria a nota de Berzoini em que este recomendou o voto pelo arquivamento.

Suplicy: não houve debate para decisão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou, em Plenário, o arquivamento das denúncias e representações no Conselho de Ética sem qualquer debate. Ele disse que sempre defendeu a licença do presidente do Senado e o seu comparecimento ao conselho para apresentar sua defesa antes da votação dos recursos.

Para Suplicy, o que aconteceu ontem reforçará o desencanto da população em relação ao Senado. Ele lembrou que, por onde tem andado, as pessoas têm cobrado dele uma postura mais enérgica em relação à crise por que passa a instituição. Suplicy também citou artigo do médico Dráuzio Varella publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, que, a seu ver, expressa essa ânsia da sociedade brasileira.

– Nós, senadores, que temos a atribuição de fiscalizar o Executivo, temos que dar o exemplo de probidade, ética e transparência na vida pública – disse o senador.

Suplicy também lamentou a decisão da senadora Marina Silva (AC) de deixar o PT, anunciada ontem. Marina é filiada há quase 30 anos ao partido que ajudou a fundar. Ela deverá se filiar ao Partido Verde e pode ser candidata à Presidência da República.

O senador disse respeitar a decisão da senadora, de quem diz ser amigo de longa data, mas observou que, para o PT, a saída de Marina é "algo dramático". Ele expressou especial preocupação com as declarações dadas pelo senador Flávio Arns (PT-PR), que, após a reunião do Conselho de Ética, ontem, fez duras críticas ao partido e anunciou sua disposição de deixar a legenda.



Para Suplicy, senadores precisam dar o exemplo de probidade, ética e transparência

Mão Santa destaca defesa do Senado por Brossard

Mão Santa (PMDB-PI) leu ontem em Plenário trechos de entrevista concedida pelo jurista Paulo Brossard à revista *Voto* em que ele defende o Senado como uma instituição fundamental para a manutenção da democracia no Brasil.

Questionado pela revista sobre a possibilidade de fechamento do Senado, hipótese aventada por alguns setores da opinião pública diante da crise que atravessa a instituição, o jurista teria dito, conforme ressaltou Mão Santa, que defende a manutenção da Casa revisora, "cada vez mais fortalecida".

Papaléo Paes diz que não é dissidente

Papaléo Paes (PSDB-AP) refutou ontem em Plenário afirmação de um senador de outro partido de que ele seria "um dissidente do PSDB".

Disse que os 13 senadores do seu partido têm um relacionamento extremamente ético, de respeito e amizade, e que é grato a todos eles por terem compreendido sua conduta na atual crise do Senado.

– Tive uma conduta isenta de qualquer partidarismo e o PSDB entendeu isso, pois é um partido democrático. Eu tenho uma história no PSDB. Fui um dos primeiros prefeitos eleitos pela agremiação.



Arthur Virgílio (E) rebateu as acusações apresentadas contra ele no Conselho do Senado.

Arthur Virgílio se defende e recursos são rejeitados

COM O VOTO antecipado do próprio líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), o Conselho de Ética também rejeitou o recurso do partido ao arquivamento da representação contra o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). O recurso foi recusado por outros 14 senadores, depois da leitura por Virgílio de um documento elaborado pela assessoria jurídica de seu partido, em que procurou rebater, mais uma vez, as acusações contra ele.

Sobre a nomeação de quatro pessoas de uma mesma família para o seu gabinete, argumentou que elas não têm qualquer grau de parentesco com ele. Sobre a viagem do funcionário Carlos Alberto Nina Neto para fazer um curso no exterior, mantendo o salário do Senado, Virgílio disse já ter admitido o "equivoco" e que está devolvendo os R\$ 328.723,77 referentes a tudo que o servidor recebeu no período.

– Há muitos casos assim aqui no Senado. Só eu assumi e ressarcí a Casa com recursos da venda de patrimônio e da doação de amigos – lembrou. Sobre o "empréstimo" que recebeu do ex-diretor-geral Agacieli Maia, para pagar despesas no exterior quando seus cartões de crédito estiveram bloqueados, disse que pediu ajuda a auxiliares e estes é que pediram ajuda a Agacieli. A dívida foi quitada pouco depois. Quanto às despesas médicas de sua mãe, lembrou que elas foram pagas pelo Senado porque ela é viúva de ex-senador, e não por ser sua dependente. Osvaldo Alves, o suposto *personal trainer* que Virgílio teria nomeado para o Senado, na verdade trata-se de um assessor político de 70 anos. Sobre a acusação de ter atribuído tarefas domésticas a um policial cedido ao Senado, creditou a denúncia ao fato de ter defendido sua esposa, que se sentiu ofendida por um policial militar que fazia segurança no prédio no qual moravam em Brasília.

Para senadores, resultado de 15 a zero foi a "vitória da coragem"

Senadores de vários partidos prestaram solidariedade a Arthur Virgílio. Em geral, destacaram a honestidade do senador e sua coragem demonstrada antes e durante o episódio.

– Sua grande vitória não foi a votação favorável no conselho, mas não ter se curvado e se intimidado – disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), seguido pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que classificou o placar [15 a zero] de "vitória da coragem".

Para a senadora Marisa Serano (PSDB-MS), a luta de Virgílio possibilitou um resgate de sua história e jamais pode ser tratada como resultado de um acordo político, em função do qual também teriam sido

arquivadas as representações contra Sarney.

Assim como outros parlamentares, ela elogiou o fato de que Arthur Virgílio defendeu-se nas acusações no próprio conselho. – Gostaria também de ter ouvido aqui o senador José Sarney – afirmou.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) atribuiu ao embate político nacional o fato de os partidos terem apresentado representações com indícios frágeis. "Se transformássemos questões políticas em éticas, poucos sobriariam", advertiu.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), Virgílio foi determinado e "explicou tudo", embora tenha pago o preço de uma alta exposição.

A proposta que define a ocupação de espaços públicos para serviços municipais e a que isenta de IPI os veículos de médio porte que fazem serviço de táxi-turismo foram aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional

Comissão acata projetos para dinamizar economia e infraestrutura de municípios

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem duas propostas para dinamizar o desenvolvimento municipal.

A primeira estende para veículos de médio porte que fazem o serviço de táxi-turismo a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que já vigora para taxistas e pessoas portadoras de deficiência física.

A outra define a ocupação de espaços públicos para serviços municipais.

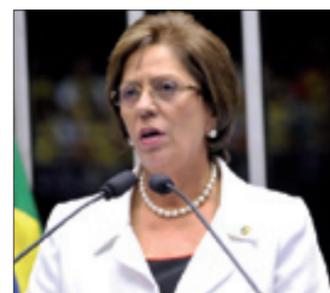
Na justificativa da primeira matéria (PLS 269/09), seu autor, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que o benefício deverá dinamizar o turismo e ampliar a economia dos municípios que têm vocação turística, especialmente no Nordeste. A proposta segue para exame da Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE).

O segundo projeto (PLS 183/09), proveniente da CAE, regulamenta a implantação de equipamentos urbanos de abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem de águas pluviais, energia elétrica e iluminação pública. A proposta dá aos municípios a tarefa e o poder de estabelecer os locais adequados para esses equipa-

mentos.

Em seu parecer, o relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), enfatiza a necessidade de as prefeituras manterem um cadastro georreferenciado das redes de infraestrutura instaladas no território municipal, para orientar as prestadoras de serviços públicos a planejar seus projetos, de acordo com um ordenamento urbano adequado.



Gerardo Magalhães

Rosalba busca assinaturas para apresentar proposta que prevê direito

Concurso: Rosalba quer garantir a posse de aprovado

Proposta para garantir que aprovados em concurso público, dentro do número de vagas e durante o prazo de validade previstos em edital, tomem posse no cargo foi anunciada por Rosalba Ciarlina (DEM-RN). A senadora busca as 27 assinaturas de apoio necessárias à apresentação da PEC. Rosalba também comemorou a leitura de voto favorável do relator ao PLS 196/09, que institui o piso salarial profissional nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Em apertes, Expedito Júnior (PR-RO), Flávio Torres (PDT-CE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apoiaram o discurso.



Gerardo Magalhães

Cavalcanti destaca luta de entidade em defesa da liberdade de imprensa

Autorizada criação de uma nova região de desenvolvimento no RS

Com o objetivo de desenvolver melhor a região meridional do Rio Grande do Sul, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou proposta para autorizar o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do RS, com conselho administrativo e um programa especial de desenvolvimento específico.

Pelo PLS 315/03, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), as sub-regiões de Campanha Central, Fronteira Oeste, Litoral, Sul e Vale do Rio Pardo serão englobadas para obter projetos de desenvolvimento econômico e social, organizados pelo Executivo federal, com a finalidade

de reverter a degradação que a metade sul do estado vem sofrendo nas últimas décadas.

Em seu parecer, Gerson Camata (PMDB-ES) enfatizou o caráter autorizativo da proposta, mas instou o governo federal a organizar um conselho administrativo para coordenar as atividades de desenvolvimento, argumentando que o Mercosul ainda não significou as mudanças favoráveis esperadas pela população daquela região do Rio Grande do Sul.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para inclusão na pauta de votações do Plenário.



Ceará pode ser incluído na área de atuação da Codevasf

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem proposta da Câmara que inclui o estado do Ceará na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), com sede regional na cidade de Crateús (CE). A matéria vai ao Plenário do Senado.

Em defesa do projeto (PLC 14/07), o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), explicou que a atuação da Codevasf já foi expandida para abranger o vale do rio Parnaíba, que corta o Piauí e o Maranhão.

— Agora, a proposta aprovada inclui o Ceará, que tem inúmeros municípios na bacia do rio Parnaíba nos projetos de desenvolvimento regional da companhia — destacou.

Segundo o vice-presidente da CDR, César Borges (PR-BA), a Co-



José Cruz

Jereissati (D) lembra que atendimento da estatal já se estende à bacia rio do Parnaíba

devasf é de grande importância para o Nordeste, desenvolvendo projetos de agricultura irrigada que já resultaram em iniciativas de sucesso na produção de frutas para o mercado brasileiro e para exportação. Ele ressaltou,

no entanto, que a companhia precisa de mais verbas e de garantia de continuidade para suas ações, acabando com o que chamou de “soluções orçamentárias”.

Na mesma reunião, foi apro-

vado requerimento de Tasso Jereissati para a realização de um ciclo de debates sobre desafios para o desenvolvimento regional do Nordeste.

No evento, deverá ser enfocada a necessidade de investimentos para o crescimento econômico da região, em especial para ações em agricultura irrigada, por meio de projetos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Jereissati explicou que a presença do BNDES está cada vez mais reduzida no Nordeste, que recebe apenas 8% dos recursos investidos, apesar de deter 20% da população do país. O senador defendeu ainda a ampliação da atuação do Banco do Nordeste e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Roberto Cavalcanti celebra 30 anos de fundação da ANJ

Os 30 anos de existência da Associação Nacional de Jornais (ANJ) foram lembrados por Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Fundada em 17 de agosto de 1979, “durante o regime militar, a entidade, por sua constante luta em defesa da liberdade de imprensa, tornou-se a mais representativa do setor”, disse o senador.

A ANJ congrega 144 publicações nos 27 estados da Federação, o que representa 90% da circulação diária nacional, com largo alcance e relevância estratégica, além de inúmeros bons serviços prestados à nação, afirmou Cavalcanti.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Paulo Paim • Romeu Tuma • Roberto Cavalcanti • Flávio Torres • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Proposta aprovada pela CCJ dá aos promotores poder para processar quem negar ou deixar de oferecer saúde, alimentação e medicamentos

Regras para a profissão de analista de sistemas

Proposta que regulamenta o exercício da profissão de analista de sistemas foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto, de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Pelo substitutivo anteriormente aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e acolhido pelo relator na CCJ, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), somente profissionais com diploma superior em Análise de Sistemas, Ciência da Computação ou Processamento de Dados poderão exercer a atividade de analista de sistemas.

Já a profissão de técnico de informática poderá ser exercida pelos portadores de diploma de ensino médio ou equivalente, de curso técnico de informática, ou de programação de computadores expedido por escolas oficiais ou reconhecidas.

A proposta torna privativa do analista de sistemas a responsabilidade técnica por projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação, assim como a emissão de laudos, relatórios ou pareceres técnicos.

O projeto original (PLS 607/07) criava o conselho federal e conselhos regionais de informática, que seriam responsáveis por efetivar a inscrição dos profissionais, cobrar anuidades e taxas e fiscalizar o exercício da profissão. Mas, segundo o relator, a criação dos conselhos por projeto de lei seria inconstitucional, pois se trata de prerrogativa do Poder Executivo.

Corretor

A CCJ também aprovou ontem, em decisão terminativa, alteração de parte do Código Civil para tornar mais clara a redação de dispositivo relativo aos deveres do corretor.

De Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto (PLS 171/06) altera o artigo 723 da Lei 10.406/02, que passa a vigorar com a seguinte redação: "O corretor é obrigado a executar a mediação com diligência e prudência e a prestar ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento do negócio".

É acrescentado ainda um parágrafo único no mesmo artigo, com a seguinte redação: "Sob pena de responder por perdas e danos, o corretor prestará ao cliente todos os esclarecimentos acerca da segurança ou do risco do negócio, das alterações de valores e de outros fatores que possam influir nos resultados da incumbência".



Tuma (E), Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira ouvem Pedro Simon defender a aprovação de seu projeto na reunião da CCJ

MP poderá ampliar defesa do direito dos idosos à saúde

OS DIREITOS DOS idosos à saúde poderão ser mais respeitados, caso se torne lei projeto, aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que atribui ao Ministério Público (MP) legitimidade para propor medidas judiciais que garantam o efetivo acesso dos idosos não apenas aos serviços de saúde, mas também a medicamentos e alimentação necessários.

O projeto (PLS 362/05), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), dando ao MP a atribuição de propor ação penal para responsabilizar quem, por ato ou omissão, expuser a perigo a integridade e a saúde, física ou mental, do idoso.

A ação do MP valerá para situações em que idosos sejam submetidos a condições desumanas ou degradantes, privados de alimentos, medicamentos e cuidados indispensáveis. As ações atingirão ainda pessoas que sujeitem idosos a trabalho excessivo ou inadequado.

Simon explicou que, sem essa

modificação, o Estatuto do Idoso tem sua aplicação prejudicada, porque as ações legais não são assumidas pelas instituições responsáveis, sejam elas públicas ou mesmo a família.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que "o projeto vem ao encontro de todos os que trabalham para melhorar a vida das pessoas idosas". Ela observou que, com a entrada do Ministério Público no acompanhamento das ações de saúde ao idoso, a melhor idade ganha um importante aliado.

Depois de afirmar que o MP contará com instrumentos persuasivos para garantir os serviços de saúde em favor do idoso, Lúcia Vânia chamou atenção, em seu parecer, para o problema crucial do fornecimento de remédios, principalmente os de alto custo.

– O MP tanto poderá promover a responsabilidade penal do agente público omissivo ou desatencioso, como realizar acordos com os serviços de saúde, por meio dos chamados termos de ajustamento de conduta – explicou a senadora, em seu parecer.

O projeto atribui ainda ao MP a iniciativa de propor ação para a interdição total ou parcial do idoso, assim como para designar curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida.

Defensoria Pública

A CCJ também aprovou na reunião de ontem a realização de audiência pública para melhor avaliar o Projeto de Lei da Câmara 137/09, que altera dispositivos da Lei Complementar 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados.

Autor do pedido de debate, Wellington Salgado (PMDB-MG) lembrou que o projeto promove alterações importantes na estrutura e nas atribuições da defensoria pública, instituição de vital importância na defesa dos hipossuficientes. O PLC 137/09, inclusive, passará a tramitar em regime de urgência, graças à aprovação de proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Separação obrigatória de bens depois dos 70 anos

A CCJ aprovou ontem projeto de lei da Câmara que aumenta para 70 anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime de separação de bens no casamento. Atualmente, o Código Civil impõe esse regime às pessoas que se casarem com idade superior a 60 anos.

O texto (PLC 7/08) segue agora para decisão final em Plenário e, caso aprovado, será enviado para sanção presidencial. Na CCJ, coube a Alvaro Dias (PSDB-PR) – como substituto de Valdir Raupp (PMDB-RO) – apresentar o relatório favorável que orientou o exame da matéria.

A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), relatora inicial da proposição e citada no relatório, avaliou como um anacronismo impor a pessoas maiores de 60 anos restrições com respeito ao



Demostenes Torres (à esq., ao lado de Wellington Salgado) preside reunião da CCJ

regime de bens no casamento, "haja vista sua plena capacidade para exercer os atos da vida civil".

Nos termos vigentes, a escolha do regime de bens no casamento é de livre escolha dos nubentes. Quando o casal não manifesta opção, a lei determina que fique

valendo o regime de comunhão parcial de bens, desde que nenhum dos noivos esteja sujeito a qualquer das cláusulas que obriga o regime de separação, entre as quais, a idade acima de 60 anos ou quando um dos membros do casal dependa de autorização judicial para se casar.

Promotor dará início a ação por injúria racial

Projeto aprovado pela CCJ ontem autoriza o Ministério Público a iniciar ação penal para buscar a condenação de autor de injúria racial ou discriminatória em que se utilizem como elementos de ofensa a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

O projeto muda o Código Penal, que impõe como regra, no caso dos crimes contra a honra, que a ação penal depende da apresentação de queixa-crime pelo advogado da pessoa ofendida.

Como o texto foi aprovado em decisão terminativa, já poderá seguir para a sanção presidencial. A proposta (PLC 37/09), do deputado Paulo Rocha (PT-PA), foi relatada na CCJ pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), que recomendou a aprovação.

Tuma argumentou que, embora a honra seja um direito pessoal, as condutas lesivas nos casos de discriminação também atingem os demais indivíduos da mesma religião, raça ou origem. Por isso, segundo ele, justifica-se a decisão de atribuir ao Ministério Público a iniciativa da ação penal, já que ele é o defensor dos direitos coletivos.

Deputado corrige dados de reportagem

O deputado federal Flávio Dino (PCdoB-MA), relator da proposta de reforma política aprovada pela Câmara dos Deputados, esclareceu que, ao contrário do publicado pelo **Jornal do Senado** no dia 18, não houve redução de 10% para 5% da parcela mínima de recursos do fundo partidário a ser destinado pela legenda para promover a participação das mulheres na política partidária. Segundo o parlamentar, o projeto cria o percentual, que hoje não existe.

Dino também esclareceu que suspeitas de ilegalidade na arrecadação nos gastos de recursos podem ser ajuizadas até 15 dias depois da diplomação dos eleitos e não 15 dias antes.

Segurança pública é tema de debate hoje

A CCJ realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública para discutir a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), que, entre os dias 27 e 30, debaterá temas como cidadania, participação popular, preven-

ção e repressão ao crime.

Participarão do debate na CCJ o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e representante do ministro Tarso Genro, Pedro Abramovay; o secretário nacional de Segu-

rança Pública, Ricardo Ballestri; e a coordenadora-geral da conferência, Regina Miki.

O debate foi proposto pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), para quem é fundamental que a CCJ avalie as

questões que estarão na pauta da 1ª Conseg. O evento deverá reunir cerca de 3 mil pessoas, entre representantes eleitos nos estados e municípios, convidados e representantes do poder público.

Projeto de Marconi Perillo aprovado pela CCT dá prazo de cinco dias para que empresas disponibilizem resultado de análises feitas pela Anvisa e pelo Ministério da Agricultura

Laticínios poderão ter que divulgar análise laboratorial

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto que obriga as empresas de laticínios a divulgar análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) nos últimos cinco anos.

O projeto (PLS 86/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) determina que a divulgação terá de ser feita por meio das páginas dos estabelecimentos na internet, no prazo de cinco dias úteis a contar da comunicação do órgão fiscalizador.

Segundo a proposta, que modifica a Lei 6.437/77, a empresa infratora será punida com pena de advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa.

Alcance

O projeto foi aprovado com emenda do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), deixando claro que a exigência de divulgação se aplicará apenas aos estabeleci-



Marconi: denúncias sobre qualidade dos produtos justificam projeto

mentos que mantenham página eletrônica. Para formular essa sugestão, ele levou em consideração pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, segundo a qual 74% das empresas com menos de dez funcionários não possuem página eletrônica. Entre as empresas com dez ou mais funcionários, o percentual das que não têm site próprio é de 54%.

Cícero Lucena acrescentou que, mesmo no caso de pequenas empresas e cooperativas, o público disporá de informações sobre a fiscalização sanitária di-

vulgadas pelos órgãos públicos competentes em suas páginas na internet, que veiculam dados sobre as empresas sob investigação, inclusive sobre lotes de produtos interditados. O relator registrou iniciativa conjunta da Anvisa, do Ministério da Justiça e do Mapa que resultou na criação do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos, que mantém página na internet acessível pelo endereço www.cquali.gov.br.

Na justificativa da proposta, Marconi Perillo afirma que, diante das denúncias sobre a qualidade de produtos lácteos ocorridas no ano de 2008, é necessária a divulgação, pela internet, das análises técnicas.

Já o relator diz que os casos recentes de fraudes no leite UHT indicam a necessidade de ampliar, o quanto possível, o acervo de dados à disposição do consumidor.

A proposição segue para exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, em seguida, irá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.



À mesa, Flexa Ribeiro (à dir., ao lado de Lobão Filho) dirige reunião da CCT que aprovou funcionamento de emissoras

Debate sobre mudanças na legislação eleitoral

O projeto que altera a legislação eleitoral (PLC 141/09) será debatido em uma segunda audiência pública, em conjunto, pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a ser realizada hoje, a partir das 11h. Deverá ser enfatizada a questão da impressão do voto e discutida a participação das mulheres nas eleições. A CCT aprovou ontem requerimento dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Torres (PDT-CE) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para a realização do debate, que já havia sido aceito pela CCJ.

O projeto, que traz como uma de suas inovações a permissão do uso da internet para campanhas eleitorais, deverá ser examinado também conjuntamente pelas duas comissões, devendo ser votado até a próxima semana, segundo informou o relator da matéria na CCT, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A CCT aprovou também, dentre outros, o requerimento do presidente do colegiado, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para ouvir o general Augusto Heleno Ribeiro, chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, sobre as atividades do departamento e a implantação do Centro Tecnológico do Exército em Campinas (SP).

Audiência analisa situação das rádios comunitárias

A CCT aprovou ontem 39 projetos de decreto legislativo (PDS) relativos ao funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Durante a discussão das propostas, o presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro, comunicou que o colegiado deverá realizar audiência pública na próxima quarta-feira para tratar da situação das rádios comunitárias e das TVs educativas.

O senador Lobão Filho (PMDB-MA), que relata projeto (PLS 483/08) de Renato Casagrande sobre o assunto, informou que deverá apresentar voto para impedir que a mesma entidade seja proprietária de rádios comunitárias em localidades diferentes. Flexa Ribeiro afirmou concordar e informou que pediria à secretaria da CCT para analisar a situação de projetos na comissão que tratam de rádios comunitárias.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse considerar inconstitucional a proibição sugerida por Lobão Filho. Em sua opinião, é necessário democratizar a comunicação no país. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) também disse apoiar a democratização da propriedade dos veículos, mas alertou para o fato de que, diferentemente das concessões para a iniciativa privada, as das rádios comunitárias são gratuitas. Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou a "guerra" que está acontecendo entre a TV Globo e a TV Record.

Mário Couto pede que Lula demita ministro da Previdência

"Tire [José] Pimentel do cargo, pois esse ministro [da Previdência] é mau, incompetente e irresponsável", pediu Mário Couto (PSDB-PA), em recado dirigido ao presidente Lula.

O senador também cobrou a votação, pela Câmara, dos projetos que acabam com o fator previdenciário no cálculo da aposentadoria e reajustam os benefícios da Previdência.

Mário Couto revelou que deixou de participar das reuniões que estão sendo realizadas entre o governo, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e parlamentares por ter se sentido "tratado como um palhaço" e garantiu que as negociações pioraram quando Pimentel assumiu a palavra pelo governo, em substituição ao de-



Mário Couto cobra a votação, pela Câmara, do fim do fator previdenciário

putado Henrique Fontana.

Segundo o senador, os próprios "companheiros" do PT cobrarão do presidente Lula, quando ele deixar o poder, o porquê de ele não ter resolvido a situação dos aposentados, como prometeu em campanha.



Arns (2º à esq., ao lado de Fátima Cleide) recebe representantes da Conae

Comissão organizadora discute Conae com senadores

Membros da comissão que organiza a Conferência Nacional de Educação (Conae), a ser realizada em Brasília no final de março de 2010, visitaram ontem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde foram recebidos pelo presidente do colegiado, Flávio Arns (PT-PR).

A comissão organizadora conta com a participação de 35 representantes de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil em defesa da educação. O Senado integra o colegiado por meio da CE, tendo como membro titular a senadora Fátima Cleide (PT-RO), que acompanhou a visita, e como suplente o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Lançada em abril deste ano pelo Ministério da Educação, a Conae prevê um sistema nacional articulado de ensino, além da definição das bases de

elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) em substituição ao atual, cuja vigência encerra-se em janeiro de 2011. Diversas conferências regionais, estaduais e municipais serão realizadas antes do encontro nacional do próximo ano.

Aprovado pela Lei 10.172/01, o PNE traça as metas de acesso e qualidade da educação pública que devem ser atingidas pelos governos federal, municipais e estaduais. A proposta, a ser elaborada após a conferência nacional, será debatida na CE e terá de ser aprovada pelo Congresso, explicou Flávio Arns, que defende a integralidade em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a pós-graduação. Na avaliação do senador, o desenvolvimento do país é fruto do esforço da melhoria da educação.

Expedito critica ampliação de reserva indígena em Rondônia

Expedito Júnior (PR-RO) criticou ontem a Fundação Nacional do Índio (Funai) pelos estudos que realiza há dois anos para a revisão dos limites da reserva Rio Negro Ocaia, em Rondônia.

O senador explicou que a fundação realizou seus levantamentos – em conjunto com a Associação Primavera, representante dos seringueiros e cogestora da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos – em conjunto com a Associação Primavera, representante dos seringueiros e cogestora da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos – exatamente onde os seringueiros constroem as suas colocações.

Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam).

Expedito Júnior disse que as irregularidades prosseguem, tendo em vista que a área pleiteada pela Funai para a reserva indígena após a revisão, que abarca mais de 130 mil hectares, inclui parte da Reserva Biológica Estadual Ouro Preto e a grande maioria das terras altas, não alagadiças, da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, exatamente onde os seringueiros constroem as suas colocações.